

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-ID: CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS Ata da 68ª Reunião Ordinária - 19/08/2015- 09h30min UNESP – Rio Claro/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABES-SP	Luis Eduardo G. Grisotto (T)
ASSEMAE	Rafaela de Lima (T)
	Ari Augusto de Souza Pratti (S)
CETESB	Magda Miskolci Tinoco (T)
	José Francisco Lussari (S)
EESC/SHS/USP	Tadeu Fabricio Malheiros (T)
Instituto de Zootecnia	Karina Batista (T)
IPSA	Harold Gordon Fowler (T)
Odebrecht Ambiental	Carina Maria Giorgetti Betarelli (S)
P.M. de Jaguariúna	Rafaela Giusti Rossi (T)
SABESP	Almir Aparecido S. Andrade (T)
SANASA	Rafaela de Lima (T)
	Ari Augusto de Souza Pratti (S)
SORIDEMA	Leandro Augusto Macknight Maule (T)
	Harold Gordon Fowler (S)
UNESP/IB	Harold Gordon Fowler (T)

Membros Ausentes	
Entidade	
AESABESP	
P.M. de Nova Odessa	
Rotary International	
Sindicato Rural de Campinas	
UNICAMP	
UNICAMP/FEC	

Convidados	
Entidade	Nome
P.M. Rio Claro	Miguel Milinski
Agência PCJ	Eduardo Leo

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia 14 de agosto de 2015. **2. Abertura da 68ª Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Almir, coordenador-adjunto da CT-ID, às 9h57. Informou inicialmente Quórum para início da Reunião. Sr. Almir informou que a ATA da Reunião Conjunta será lida no próximo encontro, pois ainda não havia sido disponibilizada. **3. Leitura e aprovação da ATA da 66ª Reunião:** Houve a leitura da ATA da Reunião de posse realizada no Engenho Central e todos os membros aprovaram. **4. Renovação da outorga do Sistema Cantareira:** Sr. Almir informou inicialmente as principais datas a cerca desse tema. Com destaque para a data de

conclusão da outorga prevista para 31 de outubro de 2015. Dentre os principais assuntos para aprovação da outorga encontram-se os seguintes temas: vazão, prazo da outorga, condicionantes. **Sr. Luis Eduardo:** destacou que as discussões se assemelham com as de 2004. E questionou se haverá tempo hábil para novos debates? **Sr. Almir** concordou que o tempo é realmente curto para discussões mais ricas. Ainda existem questionamentos se a outorga sairá realmente em outubro/2015. Destacou que um dos assuntos importantes a serem abordado é a respeito das regras operativas condicionantes. **Sr. Luis Eduardo:** comentou que devido ao tempo limitado a outorga poderá ser influenciada pela “mão forte do estado” como ocorreu em 2004. **Sr. Fowler:** disse que provavelmente o prazo será estendido. **Sr. Eduardo Léo:** concordou quanto à necessidade de se ter mais tempo para as discussões. Principalmente, porque certas regras operacionais também precisarão estar presentes, e a análise das mesmas leva tempo, uma vez que dependem de estudos de estruturas hidráulicas, concepção e forma de uso. Em 2004, o processo para outorga era outro, hoje com a crise hídrica é visível a necessidade de mais tempo para analisar as informações. Na manifestação realizada pelo PCJ aprovada na última deliberação plenária, há muitas propostas com teor operacional. **Sr. Eduardo Léo** falou também sobre a determinação das “regras do jogo”, ou seja, da necessidade de se definir na outorga as ações a serem tomadas, principalmente quando ocorrem situações extremas, por exemplo, “Operação Estiagem” e “Operação cheia”. Todas essas questões são complexas e analisá-las demanda mais tempo do que apenas um mês. **Sra Karina (Odebrecht)** perguntou a respeito das condicionantes, se poderão entrar na outorga ANA e DAEE. **Sr. Eduardo Leo:** respondeu que os condicionantes entram no processo operacional com efeito de mitigação. A princípio a outorga não tem tantos condicionantes enquanto tiver caráter operacional para o sistema. **Sr. Eduardo Leo** acrescentou que tudo o que foi colocado na Manifestação do PCJ trata-se de propostas, os órgãos gestores podem aceitar ou não. Porém haverá discussões. A essência das propostas é operacional. **Sr. Eduardo Leo:** abordou também sobre a importância de se ter integração entre os Comitês. Por exemplo, a CT-ID poderia pensar em uma maneira de se comunicar com Alto Tietê. Para que seja ampliada a visão macro metrópole paulista, deve-se ter em mente que não estamos isolados. **Sr. Luis Eduardo:** acredita que é um grande desafio para CT-ID e comitês PCJ. É necessário pensar como se comportar sobre a precariedade na crise extrema. Acho que é o momento para quebrar paradigmas. **Sr. Almir** avalia que a discussão vai além e extrapola a área da Bacia Hidrográfica. É interessante integrar

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-ID: CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS Ata da 68ª Reunião Ordinária - 19/08/2015- 09h30min UNESP – Rio Claro/SP

também outros comitês, como o CBH Paraíba do Sul e não apenas o Alto Tietê. Porém o fato é que a integração leva tempo, possivelmente alguns anos para se construir. Para o **Sr. Tadeu** ainda existem poucos investimentos que visem à redução da perda de água. **Sr. Eduardo Leo** questiona se existe viabilidade em melhorar os índices de perdas. No Alto Tietê há altas perdas na distribuição. E a responsabilidade decai a quem está à jusante, pois devem repensar os seus usos com recurso hídrico limitado. **Sr. Tadeu** ressaltou que acabamos trabalhando apenas em cima da crise, pois o Brasil ainda tem a cultura da abundância. **Sr. Eduardo Leo** informou que de acordo com o SNIS a perda por distribuição de água (média nacional) é de 38%. **Sr Luis Eduardo** acrescentou que a questão da crise divide-se em 03 blocos:

- ações combinadas (redução de perdas desperdícios);
- instrumentos e políticas públicas (ex: MDL/PSA);
- conscientização de redução.

Está no momento de se pensar em uma nova estrutura e planejamento de recursos hídricos, para que se tenha um coeficiente de segurança maior. Estamos em outro ambiente. A conscientização “obtida” forçadamente com essa crise possivelmente permanecerá. A CT-ID poderia fazer trabalho junto com as universidades, a procura de tecnologias para reduzir as perdas no sistema de distribuição, pois muita água é jogada fora. **Sr. Miguel** comentou que na outorga não foi previsto nenhum estudo da qualidade, uma vez que houve a transição de um sistema lótico para lântico no Sistema Cantareira. A qualidade da água fica comprometida. **Sr. Tadeu** comenta que é necessário ter um campo sustentável (mudança de cultura) através da:

- procura de indicadores comportamentais e físicos reais;
- ações para desmitificar a dificuldade das empresas públicas e privadas de aceitar tecnologias;
- monitoramento de cultura da responsabilidade: processo de mudança de comportamento.

5. Plano de trabalho da CT-ID: em continuidade a pauta **Sr. Almir** fez uma breve apresentação sobre os planos de trabalho da CT-ID gestão 2013-2015 dos planos que foram concluídos, pendentes e cancelados. Dentre os que foram concluídos os membros concordaram em reproduzirem, na atual gestão, o encontro intercâmaras e seminário de tecnologia.

Em seguida **Sr. Eduardo Leo** fez uma breve apresentação sobre o projeto Ecocuencas. Além de abordar sobre o surgimento desse projeto, sua composição e importância. Acrescentou que a CT-ID em parceria com a Agência PCJ representará o Comitê nesse projeto sendo ambas responsáveis pelo acompanhamento e supervisão dos

trabalhos desenvolvidos pela consultoria especializada que será contratada para suporte a esse projeto.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Almir agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião.

Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
Coordenador da CT-ID

Almir Aparecido de S. Andrade
Coordenador-adjunto da CT-ID

Rafaela de Lima
Secretária da CT-ID